

EXPERIÊNCIAS VIVIDAS E MEMÓRIAS COMPARTILHADAS: O Ensino de História na Concepção de ex-docentes e ex-discentes do Curso de História da FAFICE/UECE (1967 – 1985)

SILVA, Isaíde Bandeira da

UFC – Universidade Federal do Ceará

A memória é constituída de lembranças, esquecimentos, detalhes, é plural e individual, que ao passar pelo crivo da análise crítica e até de distorções explicativas, transforma-se em História vivida e se revela nos lugares de memória, de forma material, simbólica e funcional, onde Pierre Nora percebe “uma memória inelutavelmente tragada pela história”.¹

Neste contexto, o historiador é acima de tudo um profissional que aflora subjetividades, capaz de criar e recriar pela sensibilidade do olhar, já que deve ser impulsionado pela paixão à pesquisa histórica, e esta exige escolhas, opções de caminhos e criticidade no seu *metier*, portanto, “... é aquele que impede a história de ser somente história”², capaz de ir além do oficial dito e reconhece o valor da História Oral, na perspectiva de Alistair Thomson de que é preciso considerar “as várias camadas da memória individual e a pluralidade das versões sobre o passado fornecido por diferentes narradores”³, para construir outras histórias.

Experiências pessoais lembradas favorecem a composição de um passado que não é homogêneo, mas revelador das diferenças que permeiam o convívio social. Neste caso, logo em seguida apresento/analiso relatos de ex-docentes e ex-discentes, que entrevistei, e partilham experiências, que como mosaicos aos poucos caracterizam o Ensino de História vivido na Faculdade de Filosofia do Ceará/Universidade Estadual do Ceará (FAFICE/UECE), no fim da década de 60 (século XX) à primeira metade dos anos 80.

Significa perceber, no entrelaçar de várias histórias relatadas, um período do Curso de História em Fortaleza, através do olhar dos que presenciaram e viveram acordos e conflitos inerentes ao espaço universitário, de modo especial, em meio a uma Ditadura Militar, que o Brasil estava imerso, que de acordo com Willington Germano “legou uma geração de universitários pouco informada acerca da história do país e com deficiente formação cultural”⁴. Apesar das inegáveis resistências, que se verá no decorrer deste texto, esta afirmativa do autor é perceptível na fala de uma das nossas entrevistadas, a ex-discente da FAFICE, Maria do Carmo, que iniciou o Curso de História em 1968:

*... a gente não sabia bem por onde as coisas estavam caminhando, porque estávamos na Ditadura Militar, nós não tínhamos acesso a leitura, as mudanças que estavam acontecendo na historiografia, ninguém sabia que estava se processando algo dessa natureza de mudança na historiografia fora do país, particularmente na França e Inglaterra*⁵.

O Estado Militar no Brasil de 1964 a 1985 foi sinônimo de exclusão social, tortura e repressão, tendo em vista a “segurança nacional” pautada na desconfiança excessiva dos diferentes atores sociais que compõem a nação. No início dos anos sessenta há manifestações nacionais de docentes e discentes em prol de uma Reforma Universitária, tendo de modo especial a Universidade de Brasília (fundada em 15.12.1961) como modelo inovador, com a sugestão da organização de departamentos e dedicação exclusiva dos professores, e dentre as reivindicações dos alunos propostas pela UNE estava a abolição das cátedras. Entretanto, com a deflagração da Ditadura Militar as discussões dos diferentes segmentos ficam a cargo dos acordos MEC – USAID (United States Agency for International Development) e comissões especiais de técnicos do Governo, que até absorvem algumas das reivindicações já proclamadas por professores e estudantes, mas com teor reacionário, e os que se colocassem contra eram veementemente perseguidos.

A intervenção externa (EUA) provocou uma “desnacionalização do campo educacional”⁶, em que técnicos norte-americanos são convidados a pensar e propor a educação brasileira que culminou com a aprovação da Reforma Universitária em 1968 e a Reforma do Ensino Secundário em 1971, de aspectos mecânicos e voltados para o mercado capitalista, pautando-se no tecnicismo pedagógico e não na reflexão crítica.

A Reforma Universitária⁷ aprovada pelo governo tinha o intuito de esvaziar “o conteúdo político-ideológico de outras propostas veiculadas até então, por setores da sociedade insatisfeitos com a política educacional em vigor ...”⁸ e facilitaria a manipulação do espaço acadêmico pela imposição das regras do jogo social, alegando como objetivos: resolver a questão dos excedentes⁹ dos vestibulares e atender ao desenvolvimento nacional, para isso adotou a organização departamental, aboliu as cátedras, impôs matrícula por disciplinas e o sistema de créditos para o cumprimento das matérias, este ponto, de modo especial tinha o intuito de desarticular o contato entre os universitários. Este é um dos períodos mais crítico de nossa História, pois como se não bastasse a mão-de-ferro da própria Ditadura, quinze dias depois foi anunciado o Ato Institucional nº 5 (AI-5) que suprimiu todo e qualquer direito constitucional do cidadão, e para o quadro ficar mais tenebroso, em fevereiro de 1969 foi aprovado o Decreto-Lei nº 477 que proibia qualquer manifestação de cunho supostamente subversivo no espaço acadêmico, conforme afirmam Moacyr Góes e Luiz Cunha, este fato “representou a expressão mais acabada das ameaças da repressão política e ideológica à universidade brasileira”¹⁰.

Diante dessa realidade os Cursos de História no Brasil foram extremamente abalados, já que sua essência foi negada, ou seja, problematizar os acontecimentos para um despertar crítico e transformador era considerado subversão e a “pedagogia do medo” se instalou. Como é possível perceber nas lembranças de Agileu Gadelha, como ex-discente do Curso de História nessa época:

Então lá na FAFICE as nossas aulas não tinham essas abordagens analíticas e até mesmo de debates, nos quais você pudesse ter opiniões divergentes na classe, quando você tentava

*discutir algo, tinha logo um colega a dizer: ‘— olha fulano, cuidado com o Serviço Nacional de Informação’ (SNI). (...) Todo mundo era suspeito, até que se provasse o contrário, e isso criava um clima de insegurança, intranquilidade, clima realmente de medo.*¹¹

Em uma análise superficial e baseada no senso comum, talvez o imobilismo e passividade fossem o que melhor caracterizassem a prática de ensino vivida no curso de História da FAFICE/UECE, contudo, de acordo com as entrelinhas das entrevistas feitas com ex-discentes e ex-docentes da referida instituição as táticas para burlar a opressão existiam, entre o dito e não-dito, em que faz vislumbrar uma situação que diverge da desejada pelo sistema ditatorial, o silêncio foi rompido em diferentes momentos dentro da universidade, como o caso contado pelo ex-discente Manoel Alves, que por discordar de um professor numa aula sobre Duque de Caxias e fazer alusão a uma greve de servidores do ABC em 1979 foi chamado de subversivo sendo obrigado a se retirar da sala:

*Eu disse: ‘coronel, saio não, ó. O senhor está diante de um professor, eu to dizendo que o baderneiro que o senhor falou, e olhou para mim também, não sou baderneiro, quero mudança, agora qual é a baderna, do exercito ou dos trabalhadores?’
E ele disse: ‘olha outro subversivo, manda chamar o diretor’.
E aí me levaram para a sala do diretor, fechou a aula, e pessoal do CA chegou, foi uma confusão muito grande...’¹²*

Com o relato acima não busca-se uma visão homogênea da situação, da contestação como regra, mas suscitar reflexão dos limites e conquistas do cotidiano no espaço universitário, que nos remete a pensar também sobre a formação docente em que o respeito à pluralidade de opiniões é uma questão de postura diante do ato de ensinar, tendo em vista além da práxis pedagógica, uma práxis social, mas é difícil imaginar uma postura diferente de um professor de “farda” na Ditadura.

E esta visão que rompe com o ensino tradicional da “educação bancária”, como diria Paulo Freire¹³, é uma decisão política diante da realidade, era necessário resistir e não desistir diante das extremas dificuldades impostas pelo “cale-se” da Ditadura. A perplexidade diante da opressão/repressão foi o teor do olhar de muitos, porem compartilho com Tomas Skidmore que “o golpe de 1964 pôs um fim na tendência nacionalista crescente do regime de João Goulart, mas não silenciou a esquerda”¹⁴. Assim de acordo com a ex-discente Maria do Carmo, muitos tentaram fazer diferente:

*... a gente resolveu ir estudando, fazendo nossas reuniões, não propriamente reunião formal, mas bate-papo na cantina, no recreio, nos banquinhos, onde discutíamos as questões nacionais e da Faculdade, mas eu quero abrir um parênteses em tudo isso, para uma determinada professora, a professora Luiza de Teodoro, nossa professora, ela foi assim a grande articuladora de uma nova postura diante da realidade da História (...) ela introduziu uma participação muito efetiva do aluno nas discussões, nos debates, de respeitar as opiniões dos alunos, as diferenças dentro de uma mesma classe.*¹⁵

O Ensino de História quase sem vida e sem cor perdia sua essência, contudo, é preciso dimensionar resistências de alguns professores e, de modo especial do corpo discente, que não o deixava “morrer”. O Curso de História da FAFICE/UECE era licenciatura, ou seja, formava professores de História, e esta formação não pode ser desvinculada de seu quadro de professores,

onde a maioria era padre, advindo do Seminário da Prainha, ou militar, que entrou na Universidade por influência política durante a Ditadura Militar, contudo em 1969 houve um concurso público para o Departamento de História, e os dois professores aprovados foram chamados¹⁶, e fizeram a diferença: Maria Luiza de Teodoro e Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos. E conforme o ex-discente Gisafran Jucá, diante do quadro geral “... a versão mais avançada que se tinha era a da Luiza, não que ela fosse especialista em educação, mas era uma pessoa perspicaz e se propunha à inovação”¹⁷.

Já o professor Elmo Vasconcelos também tinha uma postura questionadora diante da realidade, pois quando ainda era estudante participou ativamente da vida acadêmica, foi presidente do Centro Acadêmico São Tomás de Aquino da antiga Faculdade Católica de Filosofia (que depois passou a se chamar Faculdade de Filosofia do Ceará), coordenada pelos irmãos maristas no início da década de 1960, mas conforme entrevista cedida para esta pesquisa, afirma que as circunstâncias familiares o fizeram ter mais cautela:

*Quando assumi a universidade como professor, estava na vigência o AI-5, tempos difíceis [momentos de silêncio...]. Eu já estava casado, e por mais simpatia que eu tivesse com os movimentos de vanguarda, frente a responsabilidade não pude me envolver muito, tinha que criar meus filhos ...*¹⁸.

O Ensino de História tem na sua origem uma idéia de formação da Nação, que no decorrer dos anos serviu para divulgar a História oficial política e legitimá-la, mas com o irromper de novas teorias, concepções históricas, como o Marxismo e a História Nova, diferentes posicionamentos de professores fizeram emergir um pensar diferente com relação ao Ensino de História, além de que, ser universitário dava uma coragem para não se acomodar diante das circunstâncias, contudo, em universidades como a FAFICE/UECE, dominada por professores militares e padres, era difícil ter espaço para contestar seja o que fosse, como é notório na fala do ex-docente da casa, professor José Maria de Oliveira:

*... eu não estava acostumado com a discrepância de idéias, porque no exército nós somos educados para defender uma idéia só, quando há discordância pede-se licença e fala-se ao instrutor, mas depois entra-se de acordo com o comandante. Na universidade eu aprendi mais a ouvir, (...) principalmente depois que eu li Voltaire: eu não concordo com nada que você está dizendo, mas sou capaz de dar a minha vida para garantir seu direito de dizer*¹⁹.

Assim, percebe-se o quanto deve ter sido complicado fomentar idéias de um fazer Ensino de História diferente pautado na discussão, pois só ouvir por educação não adianta, é preciso o embate que faça crescer e favoreça o processo de reflexão. A realidade que o professor José Maria abordou era típica da metodologia em ação na Instituição que se está abordando, que em geral, era assumida por outros docentes, ou seja:

*“Eu dava normalmente um resumo. Eu levava umas fichas e copiava na pedra, e enquanto o pessoal copiava, eu fazia a chamada. E depois eu desenvolvia, trocava uma idéias, e eu sempre notava o pessoal de esquerda, que é sempre ... [momentos de silêncio] ...”*²⁰

O que o professor chama de troca de idéias era provavelmente no máximo alguns complementos que corroborassem com suas idéias, jamais discordância, por isso o ex-discente e

hoje docente da UECE diz que “... a herança que nós temos de nossa formação é a visão escolástica, a eclesiástica, do professor diz e o aluno recebe; da herança positivista”²¹.

Esta idéia também é reforçada pela ex-discente Valdelice Girão salientando que a metodologia usada no Curso de História da FAFICE era, em geral, “Blá, blá, blá! Não se fazia pesquisa nem leituras orientadas, não saía para pesquisar de jeito nenhum”²², ou ainda, o que a ex-discente Maria do Carmo frisou: “... tinha até professor que queria que nós estudássemos por livros didáticos”²³, enfim, o ex-discente Lúcio Caminha resume a odisséia: “... para mim era o currículo do segundo grau um pouco aumentado, porque tudo o que vi foi repetido no superior, não havia a questão da pesquisa, era só mesmo as aulas, estudava e depois fazia os exames, acabou-se!”²⁴

Com relação à pesquisa no Ensino de História vale lembrar que o Art. 2º da Lei nº 5.540 (Reforma Universitária) traz que o ensino superior é indissociável da pesquisa, contudo conforme as entrevistas que tive a oportunidade de fazer, com quem fez o curso de História pós-68, esse artigo não passou de letra morta, pois o pouco incentivo que havia para a pesquisa era voltado para a área tecnológica, e os cursos de humanas viviam as mazelas de um ensino pragmático, e havia uma espécie de “... abismo entre os cursos de história e a realidade”²⁵, por isso a formação político-social de muitos, que passaram pela universidade naquele período, foi adquirida em outras instâncias, por conta própria, como o caso do ex-discente Lúcio Caminha, que afirma:

*... a minha formação em História, se deu depois que eu terminei o curso, porque já antes de fazer o curso comprava muitos livros de História, quando cursei História comprei muito mais livros, e hoje tenho mais de três mil volumes na minha biblioteca particular.*²⁶

Isso também ocorreu em instituições como a Associação Nacional dos professores de História, como lembra o ex-discente Manoel Alves que fez parte da direção regional em 1983, “... a ANPUH-CE foi muito importante para minha vida enquanto professor de História; aprendi aquilo que a Faculdade não me ensinou, na concepção de História que hoje a gente trabalha, História Cultural e Social ...”²⁷; ou ainda, via partidos políticos, como enfatiza o ex-discente Gisafran Jucá:

*Você até lia algo sobre Marx, mas não via na universidade. Mas fora, era via partidos políticos, e esses partidos políticos embora abrissem essa perspectiva de leitura, tinham uma grande barreira, que eu acho que era a questão do dogmatismo, da radicalização das tendências*²⁸.

A essência universitária, pesquisa, ensino e extensão era limitada, já que pouco se incentivava a pesquisa, e a extensão em geral era uma falácia, quando muito refere-se à projetos governamentais, como o projeto RONDON, MUDES, OPEMA, CRUTAC e outros. E a interação universidade e comunidade ficou relegada a último plano, caso houvesse oportunidade, pois “... a Reforma entendia a extensão como cursos e serviços ”²⁹. A falácia da extensão universitária, é lembrada pelo ex-discente Manoel Alves que salienta, por exemplo, que o Projeto Rondon “... era uma forma de ter o estudante trabalhando para o governo, divulgando as idéias dele, recebia uma bolsa, eu nunca fui, a gente era contra (...) foi criado para fazer oposição ao movimento estudantil”³⁰, mais uma manobra propagandista do governo, quer dizer, “Ame-o ou deixe-o!”.

É singular a maneira como cada um relata e explica momentos de sua vida; razão e emoção se mesclam, e mostram que a história de vida se constitui de práticas vividas e memórias compartilhadas, em que se revelam a dimensão social das experiências vividas no curso de História da FAFICE/UECE. Falas que revelam opções pessoais e jeitos de ser/viver.

Entretanto, ficou claro que se a Reforma Universitária enfatizava como “atividade fim” a pesquisa, contudo, esta ficou a desejar na prática, pois de acordo com as entrevistas realizadas para esta pesquisa com professores e alunos que viveram o espaço acadêmico na década de sessenta, setenta ou início de oitenta, especialmente, reclamam da ausência da PESQUISA, e segundo aqueles as aulas limitavam ao ensino com a metodologia do “blá-blá-blá”.

O período de funcionamento da FAFICE, 1967 à 1975, coincide com o ápice da Ditadura Militar impôs, onde a luz do pensar intelectual e contestatório de um curso como o de História foi sensivelmente abalado, pois conforme Werneck da Silva:

*Aquilo que a história oficial pós-1964 e particularmente pós-1969, procurava silenciar era toda e qualquer concepção socialmente crítica de história, especialmente, como a marxista, se ela fosse baseada num sistema de pensamento que visse a natureza e o sentido da sociedade como uma totalidade em transformação.*³¹

Com a Ditadura Militar o povo vive a caça das bruxas em pleno século XX. Não dá para negar o mal que esse sistema causou ao Ensino de História, muitos professores foram contratados por amizade, clientelismo dos chefes de Departamento, inexistência do debate crítico-reflexivo, acarretando uma baixa qualidade do ensino.

Na ditadura “técnicos” da educação, como os pedagogos, ganharam respaldo para falar em nome dos profissionais das áreas específicas como História, mas como? Se desconhecem o conteúdo que permeia as diferentes áreas? Conforme o posicionamento de Joana Neves “não se pode mais adiar a participação dos historiadores de ofício na discussão das intrincadas questões colocadas pelo Ensino da História, em todos os níveis.”³² Marcelo Badaró também chama a atenção do historiador para reconhecer o valor da interação entre ensino-pesquisa, pensar o fazer: “A formação do historiador, nos cursos de graduação, deve manter o duplo viés da preparação para a pesquisa e o ensino”³³, que aliás acredito que estão tão imbricados que fazem parte de um só viés.

Esta forma de pensar teve ressonância especial nos anos 1970 na briga assumida pela ANPUH e AGB contra os “Estudos Sociais” implantado com a Reforma do Ensino Secundário de 1971, que conseqüentemente interferiu no espaço acadêmico com as mal fadadas “Licenciaturas Curtas” e colocou em xeque a qualidade e importância, seja do Ensino de História ou o de Geografia, e de acordo com a professora Margarida Dias é: “pós década de 70, que as preocupações com a formação do professor, do ensino de história e seus correlatos passam a fazer parte, de uma forma mais enfática, no universo dos licenciados, bacharéis e pesquisadores de História, em geral”³⁴.

Faz-se necessário ver os conflitos que permeiam o cotidiano do Ensino de História. E no ato de ensinar História quem deve definir os procedimentos de ação é o historiador e não o pedagogo

(chamado pelo Ministério da Educação de “técnicos da educação”), por isso é preciso romper com receitas ou fórmulas, porque na visão tecnicista a educação é a *panacéia* para todos os problemas sociais, e desconsidera uma mudança estrutural da sociedade, que deve ser o objetivo do Ensino de História reflexivo.

É necessário interpretar o Ensino de História como ofício daqueles que assumem com responsabilidade e dedicação a arte de educar pautada na construção do conhecimento histórico, tendo a pesquisa como parte do fazer do seu cotidiano, que é tão importante quanto o ato de ensinar, ou melhor não dá para dissociar uma coisa da outra sem prejuízo para o saber. Silma Nunes lembra que: “apesar das críticas que têm sido levantadas em torno do ensino da História, é preciso reconhecer que avanços ocorreram!”³⁵

Num ambiente acadêmico onde a crítica e a reflexão não têm espaço, descaracteriza-o, os gritos podem não ter sido ouvidos em virtude do “cale-se” ou melhor do “cálice”³⁶ da repressão, mas eles existiram de acordo com diversos alunos da FAFICE/UECE.

E a formação de professores sem a dimensão da pesquisa e sua importância no trabalho pedagógico, forma que tipo de profissional? Os que se formaram em História na FAFICE/UECE tiveram que fazer uso de outros espaços, como na cantina, nos banquinhos dos corredores da Universidade, na ANPUH/Ce., nos partidos políticos, nos cursos de pós-graduação, para produção do conhecimento histórico.

Esta questão da pesquisa deficiente ou inexistente não foi um mal que assolou só a FAFICE/UECE, a pesquisa desenvolvida pela professora Selva Guimarães Fonseca, que entrevistou vários docentes das décadas de 1970 e 1980, afirma que “... quase todos criticam a qualidade de seus cursos superiores, revelando aspectos negativos na preparação tanto de professores como de pesquisadores”³⁷.

Tentar descortinar o mundo interno da sala de aula na Universidade e trazer para o olhar da História Social de diferentes sujeitos da História, que optaram por uma formação em História, e seguiram carreira universitária, é um desafio. E acredito que se tornar um historiador é um exercício plural e constante, em que a graduação é um passo, dentre outros posteriores, embora em geral, decisivo. Através desse texto tentamos traçar os fios da teia histórica do processo de formação docente, já que naquele momento “fazer” história significava se formar para ser professor de História.

Enfim, poder socializar fragmentos de vida é uma conquista, que tem o intuito também de suscitar reflexões sobre a Educação Brasileira a partir da análise do Ensino de História na Universidade.

- ¹ NORA, Pierre. “Entre Memória e História – a problemática dos lugares”. Trad. Yara Khoury. *In: Projeto História*, SP, (10) dez. 1993. p. 21.
- ² *Id. Ibid.*, p. 21.
- ³ THOMSON, Alistair. “Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e a Memória”. *In: Projeto História*, SP, (10) dez. 1993. p.
- ⁴ GERMANO, José Willington. *Estado Militar e Educação no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1994. p. 273.
- ⁵ Entrevista realizada no dia 13 de março de 2003, às 15:00h, na residência da entrevistada Sra. Maria do Carmo Ribeiro Araújo. Hoje é aposentada como professora do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará – UFC.
- ⁶ CUNHA, Luiz Antônio e GÓES, Moacyr de. *O Golpe na Educação*. 10 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999. p. 33.
- ⁷ Lei nº 5.540/68, sancionada pelo Presidente da República General Costa e Silva, em 22 de novembro de 1968.
- ⁸ VIEIRA, Sofia Lerche. *O (Dis)curso da (re)forma universitária*. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará/PROED, 1982. p. 107.
- ⁹ “O número de excedentes (...) cresceu 212% no período de 1964-1968”. (*Id. Ibid.* p. 61.)
- ¹⁰ CUNHA, Luiz Antônio e GÓES, Moacyr de. *Op. Cit.* p. 38.
- ¹¹ Entrevista realizada no dia 09 de março de 2003, às 10h30min, no escritório do entrevistado na Universidade Estadual do Ceará. Francisco Agileu Gadelha atualmente é professor do Departamento de História da Universidade Estadual do Ceará - UECE, e doutorando a UFPE.
- ¹² Entrevista realizada no dia 17 de janeiro de 2003, às 9:00h na casa do entrevistado. Manoel Alves de Souza atualmente é professor do Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras do Sertão Central – FECLESC.
- ¹³ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Cortez, 1998.
- ¹⁴ SKIDMORE, Tomas E. *Uma História do Brasil*, São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 238.
- ¹⁵ Maria do Carmo. Entrevista já citada.
- ¹⁶ Diário Oficial do Estado. Dezembro de 1969
- ¹⁷ Entrevista realizada no dia 12 de fevereiro de 2003, às 8:00h, na sala do Mestrado de História Social da Universidade Federal do Ceará. Gisafran Nazareno Mota Jucá é aposentado do Departamento de História da UFC e professor titular da UECE, e sócio efetivo do Instituto Histórico, Geográfico e Arqueológico do Ceará (IHGAC).
- ¹⁸ Entrevista realizada no dia 12 de março de 2002, às 16:00h, na sala de recepção do Instituto (IHGAC). Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos é hoje aposentado do Departamento de História da UECE, e sócio do Instituto.
- ¹⁹ Entrevista realizada no dia 25 de fevereiro de 2003, às 15:00h, no apartamento do entrevistado. José Maria Oliveira Lima é coronel reservista e aposentado do Departamento de História da Universidade Estadual do Ceará – UECE.
- ²⁰ *Idem.*
- ²¹ *Idem.*
- ²² Entrevista realizada no dia 24 de março de 2003, às 15:00h, na sala da professora no Instituto Histórico e Geográfico do Ceará. Valdelice Carneiro Girão é hoje aposentada do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará – UFC e sócia efetiva do Instituto (IHGAC).
- ²³ Maria do Carmo. Entrevista já comentada.
- ²⁴ Entrevista realizada no dia 18 de março de 2003, às 9:00h, no escritório do entrevistado na UECE. Antônio Lúcio Porto Caminha é hoje professor do Departamento de História da Universidade Estadual do Ceará – UECE.
- ²⁵ SILVA, José Luiz Werneck da. *A Deformação da História ou Para Não Esquecer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. p. 75.
- ²⁶ Lúcio Caminha. Entrevista já comentada.
- ²⁷ Manuel Alves. Entrevista já citada.
- ²⁸ Gisafran Jucá. Entrevista já comentada. E sobre as tendências políticas dentro do movimento estudantil ver dissertação de Mestrado: MAIA Júnior, Edmilson Alves. *Memórias de luta. Ritos Políticos do Movimento Estudantil Universtário (Fortaleza, 1962-1969)*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2002.
- ²⁹ VIEIRA, Sofia Lerche. *Op. Cit.*, p. 104.
- ³⁰ Manoel Alves. Entrevista já citada.
- ³¹ SILVA, Werneck da. *Op. Cit.* p. 10.
- ³² NEVES, Joana. “Participação da comunidade, ensino de história e cultura histórica”. *In: SAECULUM, revista de História – N0. 6/7*. Jan.Dez. 2000/2001 – João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002. p. 46.
- ³³ MATTOS, Marcelo Badaró. (org.) *História: Pensar e Fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998. p. 111.
- ³⁴ DIAS, Margarida. “O ensino de história como objeto de pesquisa”. *In: SAECULUM: revista de História – N0. 6/7*. Jan.Dez. 2000/2001 – João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002. p. 100.
- ³⁵ NUNES, Silma. *Concepções de Mundo no Ensino da História*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1996. p. 107.
- ³⁶ Música de Chico Buarque, em parceria com Gilberto Gil, que no festival da Phonogram (antigo nome da PolyGram) em 1973, teve o microfone na dupla desligado, mas acabou virando sucesso na fase da abertura política, com a dupla Chico Buarque e Milton Nascimento.
- ³⁷ FONSECA, Selva Guimarães. *Ser Professor no Brasil: História Oral de Vida*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1997. p. 102.